



ESCOLA DE
HUMANIDADES

LETRAS DE HOJE

Studies and debates in linguistics, literature and Portuguese language

Letras de hoje Porto Alegre, v. 55, n. 3, p. 366-377, jul.-set. 2020
e-ISSN: 1984-7726 | ISSN-L: 0101-3335

<http://dx.doi.org/10.15448/1984-7726.2020.3.36498>

TEMÁTICA LIVRE

Significado complexo e racionalidade ampla: alguns insights em Filosofia da Linguagem

Complex meaning and broad reasoning: some insights on Philosophy of Language

Significado complejo y racionalidad amplia: algunos insights em Filosofía del Lenguaje

**Yuri Fernando da Silva
Penz¹**

orcid.org/0000-0002-3509-8226
yuri.penz@edu.pucrs.br

**Ana Maria Tramunt
Ibaños¹**

orcid.org/0000-0001-9645-1364
atibanos@pucrs.br

Recebido em: 21/11/2019
Aprovado em: 28/09/2020
Publicado em: 17/12/2020

Resumo: O presente texto busca corroborar conceitualmente as noções metateóricas de significado complexo e racionalidade a partir de óticas linguístico-filosóficas. Nesse sentido, o texto organiza-se a partir de quatro seções, sendo: a) seção introdutória, caracterizando o ponto de partida para o desenvolvimento do problema de pesquisa abordado; b) apresentação de fundamentos característicos de significado complexo, buscando localizar sua instanciação em teorias linguísticas distintas, relacionando-se direta ou indiretamente com a significação linguística; c) caracterização de aspectos disciplinares tipicamente envolvidos com a racionalidade ampla, circunscrevendo-a à área da Ciência Linguística por meio de modelos e métodos; e d) seção de conclusão, situando os conceitos de significado complexo e racionalidade ampla a partir de uma abordagem multiforme e heteromórfica em conformidade com a proposta de Metateoria das Interfaces, seção fortemente marcada por uma análise epistemológica sobre a teoria linguística.

Palavras-chave: Lógica semiformal. Semântica. Inferência. Metateoria.

Abstract: This paper aims to conceptually corroborate the metatheoretical notions of complex meaning and broad reasoning from linguistic-philosophical optics. In this sense, the text is organized from four sections, as it follows: a) introductory section, characterizing the starting point for the development of the research problem addressed; b) presentation of characteristic foundations of complex meaning, seeking to locate its instantiation in distinct linguistic theories, directly or indirectly related to linguistic meaning; c) characterization of disciplinary aspects typically involved with broad reasoning, circumscribing it to the area of linguistic science through models and methods; and d) concluding section, situating the concepts of complex meaning and broad reasoning from a multiform and heteromorphic approach in accordance with the proposed Metatheory of Interfaces, section strongly marked by an epistemological analysis of linguistic theory.

Keywords: Semi-formal logic. Semantics. Inference. Metatheory.

Resumen: El presente texto busca corroborar conceptualmente las nociones metateóricas de significado complejo y racionalidad amplia con base en óticas lingüístico-filosóficas. Así, el texto se organiza a partir de cuatro secciones, siendo: a) sección introductoria, caracterizando el punto de partida para el desarrollo del problema de investigación abordado; b) presentación de fundamentos característicos del significado complejo, buscando descubrir su ejemplificación en distintas teorías lingüísticas, directa o indirectamente relacionadas con la significación lingüística; c) caracterización de aspectos disciplinares tipicamente implicados en la racionalidad amplia, circunscribiéndola al área de la ciencia lingüística mediante modelos y métodos; y d) sección de conclusión, situando los conceptos de significado complejo y racionalidad amplia a partir de un abordaje multiforme y hetero-mórfico en conformidad con la propuesta Metateoria de Interfaces, sección fuertemente marcada por un análisis epistemológico sobre la teoría lingüística.

Palabras clave: Lógica semiformal. Semántica. Inferencia. Metateoria.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, RS, Brasil.

Lógica e Linguagem Natural: uma introdução

Este trabalho se caracteriza como uma tentativa de sistematizar alguns *insights* provenientes de uma tradição lógico-linguística em Filosofia da Linguagem em um roteiro relevante para a teoria linguística.

O ponto central neste artigo atende a um mesmo propósito para duas instâncias ontológicas distintas, notadamente o significado complexo de um lado e a racionalidade ampla de outro. Apesar das suas similaridades, esta proposta advoga favoravelmente à distinção dessas esferas em distintos domínios epistemológicos.

A menção primeira a "significado complexo" na literatura formalmente revisada talvez tenha se dado por Penz (2019, p. 9-10), com base na interpretação livre sobre o amplo trabalho de Costa (2004, 2007, 2016):

Grosso modo, para o autor, o significado complexo constitui a ampla gama de características de uma fenomenologia semiótica, linguística e/ou lógica que apresenta caráter heteromórfico em sua constituição, sendo, em suma, um subconjunto de inferências linguísticas que é produzido pelas interfaces entre propriedades envolvidas com o significado.

A origem do termo, entretanto, remonta há trinta anos, quando o Grupo de Pesquisa do CNPq Lógica e Linguagem Natural se instituiu na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, sob a condução do Professor Jorge Campos da Costa.

Paralelamente, Costa (2016, p. 422) já havia registrado na literatura a menção a "racionalidade ampla", sendo esta passagem capaz de ilustrar a essência de tal caracterização:

Assume-se, primeiramente, uma distinção entre racionalidade *stricto sensu* e racionalidade em *lato sensu*. Uma peça argumentativa dedutiva é um objeto formal, lógico, como racionalidade do primeiro tipo; uma conversação argumentativa é um objeto linguístico-comunicativo, caracterizando racionalidade em sentido amplo.

Nesse sentido, os autores deste trabalho ofe-

recem crédito integral ao professor Jorge Campos Costa como autor e pensador de tais conceitos, buscando sistematizar sua constituição e propagar sua potencialidade a partir deste artigo.²

1 Significado complexo: um problema complexo

Em primeiro lugar, a própria proposição do termo "significado complexo" parece sugerir uma combinação redundante de elementos, uma vez que, para os estudiosos da linguagem, a natureza do significado tem despontado como uma questão espinhosa a se tratar.

Como estruturalista, Bloomfield (2001) já denotara o problema incorrigível que significaria a abordagem semântica para um tratamento linguístico do ponto de vista descritivo-explanatório (2001, p. 175):

The situations which prompt people to utter speech include every object and happening in their universe. In order to give a scientifically accurate definition of meaning for every form of a language, we should have to have a scientifically accurate knowledge of everything in the speakers' world. The actual extent of human knowledge is very small, compared to this. We can define the meaning of a speech-form accurately when this meaning has to do with some matter of which we possess scientific knowledge. We can define the names of minerals, for example, in terms of chemistry and mineralogy, as when we say that the ordinary meaning of the English word salt is 'sodium chloride (NaCl)'.

Posicionamento teórico o qual já havia sido endossado anteriormente de maneira indireta por Saussure, em seu Curso de Linguística Geral, com sua famosa máxima de que língua consiste em ser forma, e não conteúdo, e por Hjelmslev, que consideraria o aspecto semântico da linguagem como substância do conteúdo, portanto igualmente externo à estrutura formal da linguagem.

Na contemporaneidade, Chomsky também argumenta criticamente em relação a duas propriedades básicas para uma tradição de abordagens em torno do significado, sob uma perspectiva naturalista, notadamente referência e nomeação (2000, p. 130):

² Este trabalho celebra os 30 anos de existência do Grupo de Pesquisa do CNPq Lógica e Linguagem Natural.

A good part of contemporary philosophy of language is concerned with analyzing alleged relations between expressions and things, often exploring our intuitions about the technical notions "denote", "refer to", "true of", etc. said to hold between expressions and something else. But there can be no intuitions about these notions, just as there can be none about "angular velocity" or "protein". [...] it is not at all clear that the theory of natural language and its use involves relations of "denotation", "true of", etc. in anything like the sense of the technical theory of meaning [...].

Com sua tradicional contribuição para a Linguística, Chomsky incide integralmente sobre o mecanismo sintático o seu empreendimento gerativista, mesmo nas óticas atuais da Biolinguística, via Programa Minimalista, roteiro no qual o aparato da sintaxe permanece como núcleo recursivo da gramática, sendo possível localizar a semântica como interface conceptual-intencional de uma faculdade da linguagem ampla.

Jackendoff (1992, p. 58), por sua vez, caracteriza o debate sobre a natureza do significado em dois polos, notadamente um de perspectiva filosófica e outro de caráter psicológico:

"Philosophical" version: What is the relationship of the mind to the world, such that we can have knowledge of reality, such that we can have beliefs and desires about things in the world, and such that our sentences can be true or false? [...] "Psychological" version: How does the brain function as a physical device, such that the world seems to us the way it does, and such that we can behave effectively in the world?

Ambas as correntes de pensamento escrevem sem maiores problemas a tradição histórico-teórica sobre a qual se assenta a distinção ontológica de domínio sobre a significação na linguagem: estaria o significado no mundo ou na mente?

Tal recorte parece desconsiderar certos aspectos sobre a linguagem, como sua esfera comunicativa. Uma exaustiva tradição sobre a natureza do significado parece concordar, entretanto, que para se extrair significado da linguagem é preciso recorrer ao processo de referência, designando, no mundo ou na mente, entidades que são não linguísticas. Nesse sentido, a comunicação parece ser o veículo a partir da qual a linguagem é expressa e reconhecida na dimensão do uso, repercutindo como um processo outro em direção ao significado.

De fato, Sperber e Wilson também sustentam a sua proposta relevantista a partir dos princípios comunicativo e cognitivo de relevância (1995, p. 158, 293):

[...] the term 'principle of relevance' refers to the (communicative) principle that every act of ostensive communication creates a presumption of relevance, rather than the more general (cognitive) principle that human cognition tends to be geared to the maximisation of relevance.

Modelo teórico cujo próprio aparato teórico parece sugerir que a relevância enquanto dispositivo cognitivo inato consiste em uma propriedade interna e cognitiva antes de qualquer repercussão que se apresente na dimensão comunicativa do uso da linguagem.

Dado o exposto, parece cabível declarar que, grosso modo, existem três grandes direções, em se tratando de teoria linguística, pelas quais é possível desenvolver o estudo do significado. George Lakoff (1963), assim como em Lakoff e Johnson (1980), é responsável pelo surgimento e pela expansão dessa pauta investigativa, acompanhado em paralelo por Jerry Fodor (1990) e Ray Jackendoff (1985), em perspectivas ligeiramente distintas. Rotulado de Semântica Cognitiva, tem sido sobretudo o modelo proposto por Lakoff e Johnson aquele que mais tem explorado a relação entre significado e cognição, estabelecendo as metáforas conceituais como principal conexão entre tais propriedades. Nessa perspectiva, pois, o pensamento enquanto conteúdo advém de um mapeamento conceitual, cuja sistematicidade subjaz à linguagem humana a partir da intersecção entre domínio-fonte e domínio-alvo, mecanismo pelo qual se manifestam as ideias que, exprimíveis por meio linguístico, se originam a partir de redes conceituais segundo uma filosofia corporificada.

Em uma linha lateralmente oposta, jaz a Semântica Argumentativa, postulada e defendida por Oswald Ducrot, aprimorada mais tarde por Marion Carel (1994, 1995), prevendo a natureza semântica do discurso como fenômeno decorrente de um encadeamento argumentativo imanente da língua, distinguindo nesse ínterim duas estruturas típicas de argumento, a normativa (*donc*) e a transgressiva (*pourtant*), por meio das quais se desenvolve o sentido do texto. O alinhamento

teórico sustentado pelos autores franceses difere radicalmente daquele assumido pelos estadunidenses cognitivistas, não prestando contas ao fenômeno linguagem em si tampouco à mente humana em qualquer medida, elencando, por outro lado, alguns elementos inexistentes ou irrelevantes nas pautas teóricas de cognição, como língua, discurso e texto.

O quadro recentemente apresentado se presta a contrastar-se com a abordagem lógico-semântico, sobretudo porque ambas as direções teóricas são herdeiras de uma necessidade de proposta teórica contrária ou alternativa à Semântica Formal. Esta, contudo, advém de uma longa e antiga tradição pautada por contribuições da Lógica Clássica e da Filosofia da Linguagem, percurso que remonta aos gregos da Antiguidade, sobretudo em função de que as questões que atualmente permeiam o raciocínio analítico da Semântica Formal encontram suas bases no pensamento clássico.

Ainda no roteiro de estudos sobre o significado, abordagens de caráter pragmático, como é o caso do modelo de Sperber e Wilson (1995 [1986]), que se presta a reinterpretar do ponto de vista cognitivo os fundamentos do modelo teórico de Grice (1967), disputam espaço na arena das teorias linguísticas que se propõem a elucidar um pouco mais claramente a questão do significado na linguagem natural.

De volta ao cenário sintatocêntrico de Chomsky, apesar de sua abordagem crítica em relação ao processo de referência via linguagem em um roteiro naturalista, como aquele a partir do qual se desenvolve a sua proposta, os seguintes exemplos se pretendem a ilustrar um aspecto característico do estatuto semântico em uma Faculdade da Linguagem:

(1) O livro pesa dois quilos.

(2) Juan escreveu um livro.

Segundo Chomsky (1988), para um falante, seja do inglês, do português ou do espanhol, ocorre uma distinção cognitiva tácita entre as propriedades de traço semântico atribuídas a um mesmo item lexical; em (1) o referente está para uma entidade concreta, que vem a ser uma

instância física, como objeto, do conceito de livro, o qual se encontra como referência abstrata em (2). Um falante nativo, *a priori*, sabe essa distinção, embora esse conhecimento seja implícito e estendido ao âmbito lexical. Apesar disso, exposto aos casos de (1) e (2), o falante nativo reconhece sem problemas a distinção de significado sutil acerca das esferas da entidade em pauta. Isso implica afirmar, ainda assim, que a semântica enquanto componente gramatical tem estatuto cognitivo na esfera do conhecimento linguístico do falante de uma língua natural.

De fato, um sem-número de abordagens, como as propostas por Hornstein (1984), Heim e Kratzer (1998), Ludlow (1999) e Chierchia e McConnell-Ginet (2000), têm insistido no estabelecimento de uma relação recíproca, senão simétrica, entre aspectos formais, os que se reportam à constituição de uma gramática, e bases cognitivas, necessárias à instanciação dessa gramática como módulo especializado no cérebro-mente.

Ostensivamente, Kratzer (1977, 1981, 1991, 2005, 2013, 2016, 2018) desponta como uma das figuras teóricas que mais tem investido fôlego na instituição de um abordagem lógico-semântica no roteiro de uma perspectiva naturalista, de maneira a assim autorizar uma Faculdade da Linguagem em relação ao tratamento metodológico-ontológico do significado.

É também o modelo kratzeriano que tem se inserido em um proeminente cenário de integração entre aspectos de significado independente e dependente de contexto. Para sua abordagem acerca da modalidade linguística, Kratzer parece conjugar propriedades de relação entre gramática e significado lógico-formal (2013, p. 194):

[the representations] do not only determine the modals' argument structure and their truth-conditional contribution. They are also explicit hypotheses about the way grammar collaborates with other cognitive modules in the interpretation of modals. Grammar provides expressions of a λ -calculus constructed from variables and logical and non-logical constants. The non-logical constants establish a connection with cognitive modules outside of grammar.

assim como propriedades de mesmo caráter lógico-formal com aspectos dependentes de contexto (KRATZER, 2014):

From the time I started my dissertation work in New Zealand [...] I have been interested in context dependent semantic phenomena, in particular tense, modals, conditionals, quantifiers, and attitude ascriptions. One way of looking at this old interest from a more contemporary perspective is to see it as an interest in how the human language faculty interacts with nonlinguistic cognitive modules, some of which we may share with other species. The guiding idea behind this research is that most lexical items come with pointers to particular kinds of information that they request to be recruited from other cognitive components. The question is how those pointers are realized in natural languages, what kind of information they recruit, and how that information is ultimately integrated into the computation of meanings.

Para o modelo de Kratzer, a força quantificacional de um auxiliar modal é determinada lexicalmente:

$$(3) \llbracket \text{must} \rrbracket = \lambda p \lambda s \forall w (w \in f_{\text{fact}}(s) \rightarrow p(w))$$

$$(4) \llbracket \text{can} \rrbracket = \lambda p \lambda s \exists w (w \in f_{\text{fact}}(s) \& p(w))$$

mas a relação de acessibilidade, que consiste no sabor modal, é determinada contextualmente:

(5) Yoda deve ser considerado patrimônio histórico imaterial.

(5a) Em todos os mundos devidamente ordenados que se seguem do conjunto de crenças do falante e mais próximos de sua expectativa, Yoda é considerado patrimônio histórico imaterial. (epistêmico)

(5b) Em todos os mundos devidamente ordenados que se seguem do conjunto de regras estipulado pelo mundo mais ideal em relação ao atual, Yoda é considerado patrimônio histórico imaterial. (deôntico)

(6) Yoda pode ser considerado patrimônio histórico imaterial.

(6a) Em pelo menos um dos mundos possíveis devidamente ordenados que são compatíveis com o conjunto de crenças do falante e mais próximos de sua expectativa, Yoda é considerado patrimônio histórico imaterial. (epistêmico)

(6b) Em pelo menos um dos mundos possíveis devidamente ordenados que são compatíveis com o conjunto

de regras estipulado pelo mundo mais ideal em relação ao atual, Yoda é considerado patrimônio histórico imaterial. (deôntico)

Kratzer representa um panorama teórico sedimentado na teoria semântica, o qual, paralelamente, busca sua integração com a gramática e o conhecimento linguístico do falante e outras esferas epistemológicas, como conhecimento de mundo, conhecimento sobre normas sociais, conhecimento sobre estados mentais de outros falantes etc. O modelo de Kratzer ilustra por excelência o que é entendido por significado complexo de acordo com a definição que Penz (2019, p. 9-10) ofereceu em consonância com o projeto de pesquisa mais amplo sobre lógica e linguagem natural.

2 Racionalidade ampla: um problema de escopo e métrica

A pesquisa sobre a racionalidade tem sido mais bem contemplada no panorama dos estudos da linguagem por perspectivas pragmáticas, como é o caso da contribuição de Grice (1957, 1967, 1989). Grice, em *Logic and Conversation* (1967), opõe-se a uma proposta de modelo de códigos para explicar satisfatoriamente o processo comunicativo. Com o Princípio de Cooperação, Grice pressupõe que o que determina a relação de sentido estabelecida no hiato entre o dito e o implicado vincula-se, por meio de implicaturas, a Máximas Conversacionais, que, por sua vez, operam tal princípio.

A proposta griceana é herdeira de uma tradição em Filosofia Analítica que remonta ao trabalho de Kant, sistematizando-se paralelamente também por meio de categorias da racionalidade. Grice (1957, 1967) demonstrou extensiva preocupação em relação à sistematização dos operadores lógicos em contraste com os operadores identificáveis nos sistemas das línguas naturais, assim como sobre o tratamento do significado natural e não-natural, também em contrapartida com os sistemas lógico-artificiais. Nesse sentido, o seu Princípio de Cooperação consistiu em tentar categorizar a racionalidade linguística a partir de máximas, estabelecendo princípios gerais que governariam a comunicação via linguagem natural.

A partir da máxima de relação, inspirada nas categorias kantianas, Sperber e Wilson (1995) desenvolvem a sua amplamente conhecida Teoria da Relevância, a qual se presta, também, a advogar favoravelmente a uma racionalidade ampla, substituindo uma abordagem lógico-clássica em favor de outra, de natureza cognitiva. Enquanto a abordagem griceana se presta a uma adequação descritivo-explanatória lógico-conversacional, a abordagem relevantista opera no cenário cognitivo, lidando igualmente com um fator lógico informal ou semiformal.

Entretanto, a racionalidade parece espalhar-se por esferas mais amplas da gramática e representar níveis ainda mais profundos dessa larga interpretação entre componentes de conhecimento linguístico e não linguístico. Considere-se a composicionalidade semântica e observe-se o âmbito sintático para distinguir-se a sentença (7) de (8):

(7) Jorge vive na Irlanda.

(8) Jorge e Jane encontraram-se na Irlanda.

cuja distinção mais substancial no tocante à organização dos constituintes aponta para a caracterização de *na Irlanda* enquanto adjunto em (8) e complemento em (7), sendo neste o PP parte constituinte do núcleo saturado do predicado ao passo que naquele se apresenta como item adjunto, portanto dispensável para a interpretação sentencial.

Naturalmente, no nível sintático, *a priori*, levar-se-iam em conta apenas aspectos formais do ponto de vista gramatical para se avaliar a boa formação sentencial a partir dos constituintes, sendo a recursividade o fenômeno ontológico mais fundamental que sedia essa fenomenologia, garantindo-lhe status universal. Contudo, exemplos como (9) são potencialmente problemáticos:

(9) O diretor nos tratou muito bem.

já que, embora o clítico *nos* opere como argumento que complementa o núcleo do VP, a sentença parece não dispensar o adjunto *muito bem* para soar gramatical ou aceitável à percepção do falante nativo. Imagine-se a conversa entre A e B:

(10) A: O diretor nos tratou.

B: Como?

10B precisamente ilustra a natureza acessória de *muito bem* enquanto AdvP, já que parece a resposta mais intuitiva a 10A. Contudo, emerge aqui outra questão: como seria possível tomar (10) como um diálogo racional assumindo que 10A não é um enunciado provável enquanto 10B, como réplica, poderia sê-lo?

No estímulo de incentivo à sua proposta bi-linguística, Chomsky (2004) parafraseia François Jacob (1974, 1982) em uma de suas palestras, concordando com o biólogo ao afirmar que a qualidade da linguagem que genuinamente a distingue não está no âmbito da comunicação, mas, antes, na capacidade simbólica, de evocar imagens cognitivas, moldando, assim, a noção humana de realidade e sustentando a capacidade de pensar e planejar, a partir de sua singular propriedade de permitir combinações infinitas de símbolos finitos, e, dessa forma, propiciar também a criação mental de mundos possíveis.

A colocação de Chomsky não apenas aproxima as perspectivas teóricas da Gramática Universal e da Semântica Formal, como também estreita a noção de racionalidade ampla com a qual se busca trabalhar neste escrito, a qual se encontra presente em Heim e Kratzer (1998). Essa tentativa tem sido localizada no roteiro de trabalhos majoritariamente sintáticos, como os de Cinque (1999, 2006) e Rizzi (1997, 2015a, 2015b), que apostam em uma abordagem cartográfica, que prioriza motivações de natureza semântica e fonológica para projeções sintáticas, assim como assumidamente semânticas, como é o caso de Hacquard (2006, 2010), Arregui (2007), Kratzer (2013, 2018), que apostam em uma satisfatória descrição da espinha estrutural da sintaxe para localizar a instanciação de fenômenos semânticos ao longo de categorias intensionais, como *tense*, aspecto, eventologia etc.

Ludlow (1999) busca, por exemplo, abrigado sob o aparato da Semântica Formal inserida em uma perspectiva chomskiana, discutir o fenômeno temporal e sua expressão em linguagem natural. A partir da distinção linguagem interna e

externa, por exemplo, o autor já torna evidente como, em tal perspectiva, se assumem as distintas representações acerca do mundo a partir da percepção humana: itens lexicais não são entidades gerativas, assim como línguas particulares são um produto social. O que interessa, antes, é como a linguagem interna, isto é, a linguagem natural *per se*, expressa, de quaisquer formas, o aparato formal de qualquer fenomenologia de referência.

Ludlow também põe em evidência a perspectiva de se a linguagem interna seria, afinal, a linguagem do pensamento. Carnap (1959) havia sido categórico ao determinar que a Sintaxe é responsável pela boa-formação de sentenças a fim de que recebam valor-verdade, assim como a citação de Chomsky pareceu clara, no início desta seção, quando se tratou de descrever a que serve, afinal, a estrutura da linguagem humana. Chomsky argumenta, mais uma vez, em torno de seus quatro tópicos clássicos (1988, p. 3):

A person who speaks a language has developed a certain system of knowledge, represented somehow in the mind, ultimately, in the brain in some physical configuration. In pursuing an inquiry into these topics, then, we face a series of questions, among them:

1. What is the system of knowledge? What is in the mind/brain of the speaker of English or Spanish or Japanese?
2. How does this system of knowledge arise in the mind/brain?
3. How is this knowledge put to use in speech (or secondary systems such as writing)?
4. What are the physical mechanisms that serve as the material basis for this system of knowledge and for the use of this knowledge?

Ainda que o *framework* gerativista tenha as condições necessárias e suficientes para responder, mesmo que em termos sintáticos, a essas questões, o próprio fato de que sejam perguntas norteadoras do programa chomskiano desperta para a noção de que, em última análise, a linguagem formal sustenta o conteúdo do pensamento humano, expressando-se de diferentes formas de acordo com as línguas naturais a que os falantes sejam expostos, mas, ainda assim, correspondendo a um dispositivo de base inata, comum a toda a espécie. Assim como se interpretaria que o aparato articulatório-sensorial é comum a toda a espécie

humana, não se espera interpretação diferente em relação ao conceptual-intensional. As formas de parametrização, antes, é que se distinguem de língua para língua, tendo tanto implicações nos sistemas fonológicos quanto semânticos.

Ludlow argumenta que nem toda a cognição humana toma lugar no âmbito da linguagem interna, já que há outros módulos com outras especificidades. A sua colocação, contudo, é bem específica (1999, p. 22):

The question is this: When we have thought about the world, are those thoughts simply interpreted I-language tokens, or are they tokens to be found elsewhere in our cognitive architecture?

Assumindo, em resposta, que pensamentos, antes de tudo, são, para a sua abordagem, estados cognitivos que *pretendem ser* sobre o mundo, Ludlow pontua que a sua melhor interpretação é a de que a linguagem interna *medeia* o pensamento, de modo a haver uma equivalência entre as representações de tal instância linguística e estados cognitivos e pensamentos que se propõem a ser sobre o mundo. Ademais, a questão para ele soa um pouco redundante, já que ou a linguagem do pensamento é isomórfica à linguagem interna ou as propriedades de tal linguagem do pensamento são algoritmicamente recuperáveis a partir de representações da linguagem interna, de modo que, para qualquer um dos efeitos, a linguagem natural, por meio de suas representações, já carrega toda a informação necessária para servir como linguagem do pensamento.

Ludlow também caracteriza o que é o conhecimento semântico de um falante nativo, correspondendo basicamente ao que tal falante, a partir da sua língua, sabe sobre o mundo conforme se estruturam os sistemas de referência em dada língua. Mais especificamente, Ludlow declara adotar em sua abordagem o conceito de conhecimento tácito genuíno no sentido de que tal instância cognitiva é representada pelo agente em forma de estrutura de dados, ou seja, essa representação é um estado sintático semiestável no nível de cérebro/mente desse falante. Adiciona, também, que a assunção central

para tal abordagem não é a de que um objeto do conhecimento semântico é a representação cognitiva *per se*, mas, antes, que tal objeto desse conhecimento está relacionado a uma representação. Assim, o conhecimento de que "galáxia" se refere à galáxia não consiste tão somente na *representação* da galáxia, a qual, em última instância, é um objeto sintático. Antes, o objeto do conhecimento semântico é a própria galáxia, já que é isso que a representação de qualquer falante nativo, ao menos do português, determina.

Essa perspectiva, embora de cunho mentalista, faz refletir em que medida é que a Semântica Formal e a Gramática Universal tendem a convergir, sendo perspectivas naturalistas, ambas, em última instância. A noção de significado formal, portanto, está contígua à capacidade de determinar se as estruturas do mundo a que se referem as entidades linguísticas na cognição humana correspondem a um estado verdadeiro ou falso. Pela linguagem, sobretudo, torna-se possível a emersão de estruturas contrafactuais, as quais permitem a um agente não apenas determinar o valor-verdade sobre as proposições que representam um estado de coisas no mundo atual, mas sobre um mundo possível ou um conjunto de mundos possíveis, projetáveis a partir do mundo atual. Interessa à esmagadora maioria de linguistas, contudo, a capacidade de, a partir da maquinaria linguística da gramática, determinar como interpretável a representação semântica de determinada sentença, de modo que o conhecimento sobre ser verdadeira ou falsa a proposição expressa acabe identificando-se apenas como instrumental.

Tendo-se em vista um comprometimento com a racionalidade ampla, é vital que, a despeito de qualquer que seja o modelo teórico específico empregado para a análise de proposições, seja compatível o raciocínio formalizado com a intuição que tem o falante sobre o fenômeno. Embora nem todos os falantes ordinários tenham treinamento técnico em Física Quântica, por exemplo, a noção de que uma causa não necessariamente precede o seu efeito, independentemente do framework teórico, pode soar absurda e contrain-

tuitiva para as finalidades da linguagem natural em termos racionais.

Essa linha de raciocínio conduz no mínimo a dois aspectos essenciais para a discussão dos fundamentos de uma teoria linguística: a distinção entre os níveis linguísticos é a) tácita a partir do conhecimento ordinário e b) deve ser operacionalizada a partir de um plano metodológico de análise.

3 Significado complexo e racionalidade ampla: um fechamento via interfaces

Um dos *insights* mais seminais de uma Semântica Formal, como aquela conduzida por Emmon Bach para o estabelecimento de sua metafísica da linguagem natural, lidando com mundos e tempos enquanto entes primitivos de um modelo lógico-formal de análise de sentenças de uma língua natural (BACH, 1986, 1989, 2013), consiste na atribuição da carga metodológica de análise ao plano metateórico, eliminando a pressão sobre um objeto que investiga a si mesmo.

Paralelamente, Newmeyer (1986) acredita que a Linguística esteja assentada em quatro grandes direções, sendo elas: a) humana, b) social, c) cognitiva e d) linguística autêntica. Costa (2004a, 2004b, 2007) aposta em uma abordagem alternativa, estruturada via uma Metateoria de interfaces internas e externas ao objeto, segundo a qual ao nível interno é cabível a descrição fenomenológica que caracteriza o objeto enquanto ao plano externo é delegada a explanação.

Para os fins que à Linguística cabem, Costa propõe três abordagens de caráter interdisciplinar, portanto responsáveis pela condução explanatória de uma investigação, sendo notadamente: a) lógico-formais, b) comunicativo-sociais e c) biológico-cognitivos. De cunho intradisciplinar, entretendo-se com o aparato descritivo, é possível haver interação entre os domínios elementares da estrutura linguística, a saber: a) fonética, b) fonologia, c) morfologia, d) lexicologia, e) sintaxe, f) semântica e g) pragmática. As relações de interface, portanto, se dão entre níveis intradisciplinares (fundamentos fenomenológicos de dada área) e interdisciplinares (fundamentos genéricos que constituem uma área).

O aparato do autor, em princípio, aparenta ser bem-sucedido para o desenvolvimento metodológico de áreas do conhecimento que incessantemente operam no encalço de rastrear novos objetos de estudo que possam cobrir, sendo, *a priori*, uma proposta formal cabível a qualquer intersecção disciplinar. Contudo, justamente, se a Linguística depende das interfaces para a determinação explanatória que a sustenta e caracteriza mais fortemente enquanto ciência, de que se constitui a linguagem humana afinal? O que garante que tal área seja tão heteromórfica e multiforme? Existe algo de autêntico para alguém do formal, do natural e do social?

A pergunta resvala na caracterização oferecida por Newmeyer (1986), quando sugere haver uma frente de investigação que se intitula como linguística autêntica. Para o autor em questão, trata-se do nível de estudo linguístico em que o funcionamento formal e estrutural da linguagem lhe é suficiente para constituir um aparato tal que são dispensadas quaisquer abordagens outras que digam respeito àquilo de que trata a Linguística. Seriam compreendidos, nessa esfera, os níveis fonológico, morfológico e sintático, embora o autor argumente que o domínio semântico, por exemplo, perpassa as suas quatro subdivisões.

O problema do significado em linguagem natural desponta, mais uma vez, como problemático para fins de análise de uma dita autêntica ou genuína disciplina de teoria e análise linguística. Desde Bloomfield (1933) até Chomsky (1994) há ocorrentes argumentos de o quão potencialmente problemático é assumir uma ciência linguística comprometida com o significado em uma relação direta entre sentido e referência, conforme quis a tradição logicista conduzida inicialmente por Frege.

As bases semióticas nas quais a Linguística está assentada, de fato, já travam um debate caloroso em torno da relação signica entre elementos linguísticos e aquelas entidades a que tais elementos correspondem desde Peirce, Carnap (1938) e Morris (1938), idealizadores da sistematização lógico-linguística dos signos. Estimulado pelo extenso trabalho semiótico de Peirce, Morris

caracteriza as áreas de Sintaxe, Semântica e Pragmática como relacionais entre, respectivamente, signo linguístico x signo linguístico, signo linguístico x mundo e signo linguístico x usuários.

À primeira vista, portanto, a Sintaxe parece ainda permanecer sob um escopo genuinamente linguístico, não lhe sendo relevantes aspectos como referência ou intencionalidade, por exemplo, pertencentes ao âmbito semântico e pragmático. De fato, a Pragmática seria excluída por Carnap enquanto disciplina pura na agenda dos estudos lógico-linguísticos, reservando-se exclusivamente à esfera do uso da linguagem, premissa refutada abertamente por Bar-Hillel anos mais tarde. Na maioria das teorias sintáticas, contudo, tem sido recorrente a noção de meta-regra, a qual, mesmo na sofisticada maquinaria chomskiana, ainda presta contas a aspectos biológico-cognitivos mais primitivos (a evolução da Faculdade da Linguagem no horizonte naturalista via spandrel) e lógico-formais (o caráter computacional-representacional da recursão).

Esses eixos de sustentação são, pois, necessários para o tratamento da relação signo linguístico x signo linguístico mesmo em um dos mais proeminentes programas em teoria e análise da linguagem, sendo igualmente necessárias, na esteira desse argumento, as entidades mundo e usuário para plena caracterização das disciplinas de significado independente e dependente de contexto ao longo do registro das línguas naturais. Nesse sentido, ainda que a descrição dos dados se preste a sistematizar os fenômenos de análise linguística, o nível explanatório repousa em uma esfera de metanível, cujos fundamentos se prestam a explicar os fenômenos já descritos.

A composicionalidade, de fato, pode ser elencada como o fenômeno que mais tem aproximado as nuances sintáticas e pragmáticas daquilo que preconiza uma Semântica em sua vertente mais formal, sendo responsável pela manutenção da hipótese regra por regra de Montague, por exemplo, modelo segundo o qual Semântica e Sintaxe são isomorfismos. Se por um lado tem-se a composicionalidade como fator que influencia a boa formação estrutural das sentenças de uma

linguagem natural para os quais se possa atribuir valor-verdade em sua interpretação lógico-semântica mais rudimentar, de outro tem-se esse mesmo componente como restritor de contextos enquanto entidades situacionais em uma macroestrutura de mundos possíveis, contribuindo a informação contextual. Nesse ritmo, tem-se de um lado o dado semântico descrito e de outro o aparato metodológico que se propõe a explicá-lo de maneira sistemática.

Na dimensão do uso, tais propriedades interagem em distintos níveis de análise linguística, conforme mostram ser possível Costa e Ibaños (2014), a partir das ditas inferências linguísticas multiformes, buscando enriquecer o valor interpretativo dispensado à Semântica ao mesmo tempo em que desinfla a Pragmática em relação ao oneroso potencial de interpretação que se relega ao contexto. Nesse sentido, dada a esfera de uso da linguagem natural, os distintos níveis de descrição podem interagir de acordo com particularidades da intuição linguística dos falantes:

- (11) Marcela é aluna de *sintaxe*.
- (12) Marcela é aluna de *sintaxe*, não de morfologia.
- (13) *Marcela* é aluna de *sintaxe*, não Mônica.
- (14) A sua opinião deixa claro o *preconceito* por trás de um ignorante!
- (15) *O que João pensa* é que haverá vagas em agosto.
- (16) É um engano pensar que *Dilma* pudesse ser presidente.
- (17) É um engano pensar que *Dilma* pudesse ser *presidente*.

Os itens em itálico expressam a curva melódica acentuada para destacar o tom prosódico atribuído na dimensão do uso, permitindo distinção de significado. Observa-se que em (12) é um contraponto a (11) de tal maneira que (13) não poderia ser, de modo que, diante do enunciado (11) com o certo tom, um falante esperaria qualquer formação sintática com o conteúdo semântico equivalente ao que se dispõe em

(12), mas não em (13), via foco contrastivo. Por sua vez, (14) localiza a prosódia na ênfase da formação morfológica do item lexical, buscando-se tornar ainda mais saliente o morfema em questão. (15) caracteriza um caso de sentença clivada com partícula expletiva localizada no hemisfério esquerdo da sentença, salientando o foco informacional mesmo que não se disponha de tom prosódico característico. (16) e (17), por fim, demonstram o distinto valor-verdade para cada uma das proposições de acordo com os salientes, segundo os quais (16) assinala que é enganoso pensar que Dilma, em vez de outro candidato, pudesse exercer a presidência, enquanto (11) dispara a inferência de que o engano consiste em pensar que Dilma pudesse exercer o cargo de presidente, em vez de outro.

Posto assim, quer no nível abstrato da teoria e análise linguística, quer no âmbito empírico do uso da linguagem, a composicionalidade se faz presente, ou como entidade semântica genuína ou como entidade linguística mais primitiva, levando em consideração outros signos na determinação do significado das partes como componentes de um significado holista. Apesar dos argumentos cognitivos e sociais, a Linguística parece rodear-se de propriedades formais como mereologia lógica e teoria semiótica. De fato, parece que, se há uma linguística pura, autêntica e genuína, tal disciplina tende a vincular-se muito mais fortemente à tradição formalista do que a quaisquer outras escolas, embora, certamente, esta seja apenas mais uma perspectiva.

Nesse sentido, significado complexo e racionalidade ampla parecem comportar-se bem de acordo com a caracterização de interfaces internas e externas de Costa. A razão pela qual linguagens formais e naturais interagem, parece estar claro até o momento, é justamente o comprometimento com a racionalidade. O equilíbrio da interface deve se estabelecer enquanto não haja sobreposição nem do ponto de vista estritamente lógico-formal, portanto quase inútil para a dimensão de uso e sua respectiva teorização, nem do puramente linguístico, desordenado em seu cometimento de estudar a linguagem pela

linguagem sem comprometer-se com fundamentos que sustentem uma análise.

Assumir um compromisso com a racionalidade ampla é, logo, entrincheirar-se na interface entre o domínio lógico-linguístico, compreendendo essa interação como uma entidade heteromórfica tão complexa quanto é assumir uma Faculdade da Linguagem em sentido amplo. Neste trabalho, sobretudo, a identificação da racionalidade ampla não se restringe aos domínios semântico e pragmático apenas, lidando exclusivamente com a manipulação dos signos linguísticos em sua relação lógica com mundo e usuário, interessando, antes, descobrir como a estrutura linguística, em sua primorosa regência e ligação, é capaz de contribuir para esse quadro.

A racionalidade ampla busca, enfim, estabelecimento como empreendimento semiformal por excelência, ministrando seus esforços em direção de sistematizar a interação entre o conhecimento linguístico com as demais modularidades da cognição humana, conferindo plausibilidade psicológica à interpretação de enunciados, proposições, sentenças e unidades menores portadores de significado. Significado complexo e racionalidade ampla, apesar de aludir à interação metateórica entre lógica e linguagem natural, não são, contudo, termos equivalentes. A racionalidade ampla prestigia o espaço da Linguística na interação interdisciplinar com variadas áreas do conhecimento, como Ciências Criminais, Teoria da Comunicação, Psicologia Cognitiva etc., constantemente conduzida pelas propriedades básicas de referir via estrutura, conteúdo e contexto. É o espaço emergente da potencialidade inferencial que presta contas à Linguística sem negar as bases lógicas ou assumi-las sem questionamento. O significado complexo é o que, além dessas propriedades explanativas amplas, permite descrever qual é a natureza das inferências linguísticas em pauta, tanto no nível de teoria e análise abstrata quanto no de disposição teórica acerca do uso, encontrando expressão na racionalidade ampla propriamente dita via interface lógica/linguagem natural.

Referências

- ARREGUI, A. When aspect matters: the case of "would" conditionals. *Natural Language Semantics*, v. 15, p. 221-264, 2007. <https://doi.org/10.1007/s11050-007-9019-6>
- BACH, E. *Informal lectures on formal semantics*. Albany: State University of New York, 1989.
- BACH, E. Natural language metaphysics. *Studies in logic and the foundations of mathematics*, v. 114, p. 573-595, 1986. [https://doi.org/10.1016/S0049-237X\(09\)70714-1](https://doi.org/10.1016/S0049-237X(09)70714-1)
- BACH, E. Time and language. In: MOLSING, K.V.; IBANOS, A.M.T. (ed.). *Time and TAME in language*. Cambridge Scholars Publishing, 2013.
- BAR-HILLEL, Y. Indexical expressions. *Mind*, v. 63, n. 251, p. 359-379, 1954. <https://doi.org/10.1093/mind/LXIII.251.359>
- BLOOMFIELD, L. *Language*. Beijing: Foreign Language Teaching and Research Press, 2001 [1933].
- CARNAP, R. Foundations of Logic and Mathematics. In: NEURATH, O.; CARNAP, R.; MORRIS, C.W. (ed.). *International Encyclopedia of Unified Science*. Chicago: University of Chicago Press, p. 139-214, 1938.
- CHOMSKY, N. *New Horizons in the Study of Language and Mind*. Cambridge MA: The MIT Press, 2000.
- CHOMSKY, N. *Language and thought*. Wakefield, Rhode Island and London: Moyer Bell, 1994.
- CINQUE, G. *Adverbs and Functional Heads: a cross-linguistic perspective*. New York: Oxford University Press, 1999.
- CINQUE, G. *Restructuring and functional heads: the cartography of syntactic structures*. New York: Oxford University Press, 2006.
- COSTA, J.C. Metateoria linguística (considerações ao nível de filosofia da ciência). *Revista da ADPUCRS*, Porto Alegre, n. 5, p. 25-32, 2004b.
- COSTA, J.C. Na interface entre lógica formal e lógica prática: inferências múltiplas. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 51, n. 3, p. 411-418, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15448/0101-3335.2016.3.00000>. Acessado em: 1 jan. 2018.
- COSTA, J.C. *Os enigmas do nome*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004a.
- COSTA, J.C. The sciences of language: communication, cognition and computation. In: AUDY, J; MOROSINI, M. *Innovation and interdisciplinarity in the university*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.
- GRICE, H. P. *Logic and conversation*. Cambridge: Harvard University, 1967. (William James lectures)
- GRICE, H.P. Meaning. *Philosophical Review*, v. 66, p. 377-88, 1957. <https://doi.org/10.2307/2182440>
- HACQUARD, V. *Aspects of Modality*. Ph.D. Dissertation. Massachusetts Institute of Technology, 2006.

HACQUARD, V. On the event relativity of modal auxiliaries. *Natural Language Semantics*, v. 18, n. 1, p. 79-114, 2010. <https://doi.org/10.1007/s11050-010-9056-4>

HEIM, I.; KRATZER, A. *Semantics in generative grammar*. New Jersey: Wiley-Blackwell, 1998.

HORNSTEIN, N. *Logic as grammar*. Cambridge: The MIT Press, 1984.

IBAÑOS, A. M. T.; COSTA, J.C. Multiform inferences: the interface between formal inferences and natural language inferences. In: BUJA, E.; MADA, S. (ed.). *Structure, use and meaning in intercultural settings*. Brasov: Editura Universită NII Transilvania, 2014, p. 87-96. v. 1.

JACKENDOFF, R.S. *Language of the mind: essays on mental representation*. Cambridge: MIT Press, 1992.

KRATZER, A. [Angelika Kratzer]. 2014. Disponível em: <http://people.umass.edu/kratzer/>. Acessado em: 20 nov. 2019.

KRATZER, A. Constraining premise sets for counterfactuals. *Journal of Semantics*, n. 22, 2005, p. 153-158. Disponível em: <http://doi:10.1093/jos/ffh020>. Acessado em: 1 jan. 2018.

KRATZER, A. *Evidential Moods and the Semantics of Attitude and Speech Reports*. Talk given at the University of Pennsylvania (May 5, 2016), the 1st Syncart Workshop (Siena, July 13, 2016), and the University of Connecticut (September 9, 2016), 2016.

KRATZER, A. Modality for the 21st Century. In: 19th INTERNATIONAL CONGRESS OF LINGUISTS. Geneva, 2013. p. 181-201.

KRATZER, A.; von STECHOW, A.; D. WUNDERLICH, D. (ed.). *Semantics: An International Handbook of Contemporary Research*, 1991, p. 639-650.

KRATZER, A. The notional category of modality. In: EIKMEYER, H.-J.; H. RIESER (ed.). *Worlds, Words, and Contexts* (ed.). Berlin: de Gruyter, 1981. p. 38-74.

KRATZER, A. What "must" and "can" Must and Can Mean. *Linguistics and Philosophy*, p. 337-355, 1977. <https://doi.org/10.1007/BF00353453>

KRATZER, A. Where does modality come from? In: 3rd EISSI (lecture). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.

LUDLOW, P. *Semantics, tense, and time: an essay in the metaphysics of natural language*. Cambridge: MIT Press, 1999.

MORRIS, C. Foundations of the theory of signs. In: NEURATH, O.; CARNAP, R.; MORRIS, C. (ed.). *International Encyclopaedia of Unified Science*, Chicago, v. 1, n. 2, p. 77-136, 1938.

NEWMAYER, F. *The politics of linguistics*. Chicago: University of Chicago Press, 1986.

RIZZI, L. Cartography, criteria and labeling. In: SHLONSKY, U. (ed.). *Beyond the Functional Sequence*. New York: Oxford University Press, 2015A. p. 314-338.

RIZZI, L. Notes on labeling and subjects. In: Di DOMENICO, E.; HAMANN, C.; MATTEINI, S. (ed.). *Structures, strategies and beyond – studies in honour of Adriana Belletti*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2015B. p. 17-46.

RIZZI, L. The Fine Structure of the Left Periphery. In: HAEGEMAN, L. (ed.). *Elements of Grammar*. Dordrecht: Kluwer, 1997. p. 281-337.

SPERBER, D.; WILSON, D. *Relevance: communication and cognition*. 2. ed. Cambridge: Blackwell, 1995 [1986].

Yuri Fernando da Silva Penz

Mestre em Linguística pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em Porto Alegre, RS, Brasil. Doutorado em Linguística da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em Porto Alegre, RS, Brasil.

Ana Maria Tramunt Ibaños

Doutora em Linguística pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em Porto Alegre, RS, Brasil. Professora Titular de Linguística da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em Porto Alegre, RS, Brasil.

Endereço para correspondência

Ana Maria Tramunt Ibaños
 Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
 Av. Ipiranga, 6.681, Prédio 8, sala 401.10
 Partenon, 97010082
 Porto Alegre, RS, Brasil